

## SOARES, SUELI GALLI. EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Silvana Bueno Teixeira RETT<sup>1</sup>  
Roseli CASTRO<sup>1</sup>  
Elizabeth Adorno ARAÚJO<sup>2</sup>

---

Soares, Sueli Galli. Educação e Comunicação: o ideal da inclusão pelas tecnologias de informação: otimismo exarcebado e lucidez pedagógica. São Paulo: Cortez, 2006.

---

Soares propõe nesse livro analisar a comunicação veiculada pelas tecnologias de informação, o ciberespaço como campo da pesquisa educacional e as implicações que esse processo produz, por exemplo, quanto à confiabilidade do campo virtual como fonte de dados para pesquisa uma vez que as mais diversas informações estão disponíveis sem critério algum entre dados de pesquisa e dados que não têm a pretensão de ser conhecimento. Ela discute a democratização de saberes como possibilidade de emancipação social do indivíduo e vislumbra a EAD como um meio para concretização dessa prática. Observa que o acesso da população às novas tecnologias não acontece no mesmo ritmo da evolução tecnológica, sendo condição fundamental para que ocorra a cidadania digital.

Relaciona a educação com a comunicação e a democratização de saberes e leva em conta as relações estabelecidas na experiência ensino-aprendizagem, inserida num contexto social, político e econômico, que suscitem conflitos e contradições.

Muitas instituições que caracterizam o Terceiro Setor se valem da educação não-formal, originada nos movimentos populares, como forma de inclusão do indivíduo através do acesso às tecnologias de informação e sua leitura crítica, buscando reconhecimento e emancipação política.

Soares ressalta, entre outros aspectos, o descompasso entre a evolução tecnológica e a educação escolar formal, a volatibilidade das informações, o rompimento de barreiras através das redes de comunicação, a possibilidade de conquista de autonomia do sujeito individual e coletivo, a Educação não formal que ganha força fazendo os ambientes de educação formal reverem suas práticas.

Considera a possibilidade de viabilização de uma aprendizagem inclusiva e libertadora por meio da modalidade a distância, por ser uma das motivações para a EAD a busca por formação profissionalizante em regiões distantes dos centros para pessoas de baixa renda, vencendo a precariedade da educação numa perspectiva

---

<sup>(1)</sup> Mestrandas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, SP. Brasil.

<sup>(2)</sup> Docente, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, SP. Brasil.  
E-mail: <elizabeth@dglnet.com.br <elizabeth@dglnet.com.br>.

democrática e contextualizada num Brasil desigual.

A educação não formal busca atender pessoas que necessitam de educação formal, mas que não têm acesso a ela por diferentes razões e, portanto enuncia o problema sobre o potencial de democratização e transformação social que carregam essas tecnologias, levando em conta que a inclusão social através da educação faz parte dos objetivos de grande parte do universo de ONGS no Brasil (ainda que algumas legislam em causa própria).

Defende que o ciberespaço incentiva formações abertas, propõe mudanças de paradigmas na educação para que esta se adeque às exigências dos novos paradigmas de comunicação. A EAD apresenta metodologias próprias, necessita de ferramental de interatividade que supra a distância, portanto destaca que esta requer maturidade do indivíduo para auto-aprendizagem, e para haver inclusão social quem oferece EAD precisa conhecer o público alvo, o mercado de trabalho e o reconhecimento que buscam os sujeitos que a escolhem como forma de inclusão.

Nesta perspectiva a autora discute a necessidade de uma educação realmente libertadora e cidadã nos dias em que a Internet se faz fortemente presente. Porém, o mito da escolarização como elemento de integração na sociedade pelo saber escolar distanciou as possibilidades de reconhecimento de saberes que se desenvolvem fora dos bancos escolares, além disso, reforça a exclusão das classes populares porque são considerados inaptos como sujeitos políticos, reprimindo e desarticulando assim as forças populares.

O sistema educacional, a partir dos anos 1990, sob a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tenta acompanhar as transformações da sociedade configurada pelo desenvolvimento da indústria eletrônica e dos meios de comunicação, projetando um novo tipo de exclusão com as exigências de domínio dos ferramentais tecnológicos.

Os Programas do Governo Federal e Estadual para equipar as escolas públicas com

laboratórios de Informática e para capacitação de professores para utilizar computadores, segundo a autora, mostram-se inadequados aos Projetos Pedagógicos escolares que, contraditoriamente, não incluem em suas atividades curriculares as tecnologias como recurso didático. Os jovens das escolas públicas buscam cursos particulares de informática básica para concorrer ao seu primeiro emprego. Este contato com a Internet, em cursos particulares, desenvolve a auto-aprendizagem, introduzindo uma nova forma de aquisição de saberes, evidenciando a necessidade de evolução das práticas escolares.

Com o crescimento das aplicações das tecnologias em vários setores da sociedade moderna apresenta-se um novo paradigma de luta pela cidadania. O uso das tecnologias contribui para uma reformulação de comportamentos e valores alterando o modo de apreender a cidadania. Desta forma, a autora afirma que “a idéia de que a evolução do homem deve ser coletiva, e que se concretiza a partir do grau de conhecimento e evolução da consciência de cada indivíduo isoladamente”. E, cita a Internet – rede catalisadora das informações e das relações sociais - com papel crucial nesta evolução, ao permitir que o indivíduo desenvolva a capacidade de pensar o global de forma integrada, e principalmente, seja capaz de interagir e reconhecer a existência de saberes estratégicos para o exercício da cidadania no contexto social e democrático.

A autora vê com otimismo a possibilidade de haver, através do livre acesso à informação, chances de inclusão do indivíduo, seja para compensar deficiência física, suprir carência de informação, oferecer educação em massa para equacionar a problemática de baixa ou nenhuma escolaridade, reduzindo índices de analfabetismo. Se por um lado existe o reconhecimento desses aspectos positivos, reconhece que estes benefícios ainda não são extensivos a todas as pessoas.

O Governo brasileiro, através do MEC, tem incentivado a ampliação dos projetos de EAD, regulamenta a Oferta de disciplinas não-presenciais no Ensino Superior e reconhece a

tecnologia como elemento de qualificação do ensino. As tecnologias são usadas como solução na formação de professores para que estes se adequem e deixem de lado a postura tradicional. Soares destaca que isso acarreta tanto em solução, se o acesso for democrático e de qualidade, como em agravamento do problema, se não houver interação necessária.

Se antes o professor precisava dominar apenas os conhecimentos dos livros, agora precisa dominar além deles, conteúdos dos ambientes da rede, o que pressupõe estudo e tempo disponível. Salienta que o professor está situado na organização sócio-econômica do trabalho como um dos principais elementos da economia das sociedades modernas ao lado da saúde, que implica aceitar que o ensino escolar, através do professor, expande-se para todos os setores sociais.

Soares discute a complexidade do processo educacional, contextualiza a realidade da formação, as condições de trabalho, as políticas do MEC para formação continuada e, insere nesse contexto as tecnologias de informação e comunicação para amenizar a distância da educação das exigências da sociedade.

As políticas públicas recorrem à formação continuada através da EAD, bem como discorre nos PCNs sobre a necessidade da implementação das novas tecnologias e propõe a reflexão de um novo paradigma educacional para que a escola não permaneça em descompasso com as exigências da sociedade moderna.

No último capítulo, a autora discorre sobre a qualidade da comunicação e das ações do Terceiro Setor na Internet e defende que esta depende de duas avaliações: do conteúdo voltado ao projeto social; do site e sua gestão permanente. Consta que as práticas do Terceiro Setor que

visam à inclusão social e à busca da disseminação do ensino em camadas marginalizadas não são atendidas de forma esperada, pois os meios de difusão utilizados pelas instituições para divulgar seus projetos na maioria das vezes é o próprio *site*. Desse modo o grupo social considerado excluído/ iletrado pela falta de escolaridade não fica sabendo da existência dos cursos oferecidos por estas instituições exatamente por não terem acesso à Internet.

Verificou também que muitos *sites* são usados para apresentação e divulgação de organizações, oferecendo sugestões de *links*, convites para eventos, cursos, seminários, etc. Cursos a distâncias quando oferecidos pelas ONGs seguem padrões antigos com apostilas enviadas pelo correio e utilizam a Internet apenas para envio de e-mails, perdendo-se as vantagens da interatividade que a EAD proporciona.

Nas conclusões destaca que “o não domínio dos saberes para utilizar tecnologias em benefício pessoal e comunitário é a forma de opressão e de dominação da sociedade informatizada”. Segundo Soares, a inclusão social, nos dias de hoje, implica a leitura crítica e o letramento digital dando novas perspectivas à educação para que esta seja de fato libertadora. E postula que as instituições que declaram realizar ações sociais precisam desenvolver um plano de tal forma que seus projetos tenham credibilidade e valor social.

Desta forma a obra reflete um tema bastante polêmico e atual. A tecnologia é questionada no que diz respeito à confiabilidade de informações, à acessibilidade das pessoas e à utilização na modalidade da EAD como emancipação social. O trajeto percorrido pela autora nos leva a refletir sobre a educação nessa transição de paradigmas, porque apesar de existirem anseios, a prática ainda se mostra fragilizada e contraditória.